

**ATA DA 99ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**DATA:** 24/06/2016

**HORA:** 9:00h às 15:00h

**LOCAL:** Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos – Rua Bela Cintra, 847, 14º andar – São Paulo/SP

**PARTICIPANTES:**

Membros

Antonio Carlos Coronato – SSRH/DAEE

Ariane Coelho Donatti – SSRH/CRHi

Cesar Seara Junior – ABCON

Fernando Aurélio Parodi – P. M. São Sebastião

Luiz Roberto Barretti – P. M. Piquete

Mariza Guimarães Prota – SSRH/SABESP

Plinio dos Santos – APU

Priscila Freire Rocha – FIESP

Zeila Chittolina Piotto – CIESP

Convidados

Cláudia Freitas – SSRH/CRHi

Flávia Braga Rodrigues – SSRH/CRHi

Giuliana Talamini – ABCON

Maria Lucia Magri – SSRH/CRHi

Rui Brasil Assis – SSRH/CRHi

**AUSÊNCIA JUSTIFICADA:**

Amanda Alves de Lima – ASSEMAE

André Elia Neto - UNICA

Eduardo Yoshimi Fukano – FAESP

Esther Feche Guimarães – AESABESP

Laura Stela Naliato Perez – SMA

Lurdes Maria Torres Maluf – SMA

Vera Lucia Palla – SAA

**COORDENAÇÃO:**

Luiz Roberto Barretti – P. M. Piquete

**RELATORIA:**

Ariane Coelho Donatti – SSRH/CRHi

Mariza Guimarães Prota – SSRH/ SABESP

**PAUTA:**

1 - Apresentação dos novos representantes do segmento Sociedade Civil e informação aos novos representantes da Deliberação CRH 119, que trata das normas gerais para funcionamento das Câmaras Técnicas do CRH;

2 - Eleição de coordenador e relator;

3 - Apresentação do Plano de Trabalho aprovado pela Deliberação CRH 182, de 04/05/2016 e proposição de calendário de reuniões para 2016;

4 - Aprovação de atas das reuniões anteriores;

5 - Análise do Estudo de Fundamentação da cobrança do CBH-ALPA.

- 1 **Item 1 - Apresentação dos novos representantes do segmento Sociedade Civil e**
- 2 **informação aos novos representantes da Deliberação CRH 119:** O Sr. Rui Brasil Assis,
- 3 Coordenador da CRHi e Secretário Executivo do CRH, iniciou dando boas vindas aos novos

4 membros da Sociedade Civil na CTCOB e informou, para conhecimento dos novos membros,  
5 sobre a Deliberação CRH 119 que estabelece as normas das Câmaras Técnicas do CRH.  
6 Salientou que as Câmaras Técnicas são consultivas, que as discussões são importantes, que  
7 se deve sempre buscar o consenso no grupo, mas que se deve resguardar a possibilidade de  
8 se colocar posições divergentes no parecer final da CTCOB. **Item 2 - Eleição de coordenador**  
9 **e relator:** O Sr. Rui informou que Sra. Ana Lucia, antiga coordenadora da CTCOB, se desligou  
10 da SSRH e Sra. Cláudia a substituiu no cargo de Diretora. Como ela ainda está se  
11 familiarizando com as atividades, Sra. Ariane é a representante nesta Câmara na vaga da  
12 Secretaria, e o Estado está colocando o cargo de coordenação à disposição. O Sr. Rui tomou a  
13 iniciativa de falar com o Sr. Barretti sobre a possibilidade de ele assumir esse posto. Vários  
14 membros se pronunciaram a favor, e o Sr. Barretti aceitou o cargo de coordenador. O Sr. Rui  
15 passou a palavra para Sra. Mariza, atual relatora, que, após comentar sobre o árduo trabalho  
16 que teve em 2015 devido ao grande número de reuniões, sugeriu que Sra. Ariane, atual  
17 representante titular da SSRH, ocupasse o cargo, o que foi aceito. **Assuntos diversos:** O Sr.  
18 Rui lembrou a situação da implantação da cobrança no Estado, salientando que 19 das 22  
19 UGRHIs já possuem Decreto específico. As UGRHIs que já implantaram a cobrança são PS,  
20 PCJ, SMT, BS, BT, AT e TB, sendo que esta última emitiu boletos mês passado. Em breve  
21 serão emitidos os boletos das UGRHIs RB e TJ. Informou que há programa no PPA,  
22 acompanhado por um indicador em %, onde foi incluído o início da cobrança em 3 bacias neste  
23 ano (TB, RB e TJ). Informou ainda que o Ato Convocatório das bacias PARDO, SMG, MOGI e  
24 BPG precisarão ser refeitos, visto que o Ato já finalizado não abrangeu todos os usuários  
25 dessas bacias. Levantamento na CRHi mostrou um tempo médio de mais de 2 anos entre a  
26 assinatura do decreto e a emissão dos boletos necessário nestes últimos comitês, tempo  
27 considerado longo e que desgasta o instrumento. Informou que o planejamento no PPA é que  
28 as 19 UGRHIs que já têm decreto estejam com a cobrança implantada até meados de 2017, e  
29 que, devido à preocupação em não cumprir essa meta do PPA e precisar apresentar  
30 justificativas, foi solicitado empenho especial às equipes do DAEE e CETESB envolvidas. Há 3  
31 bacias em análise pela CTCOB, visto que o CBH SJD enviou relatório recentemente, e isso é  
32 um desafio para nossa Câmara. O Sr. Rui disse que agora está em evidência o programa do  
33 PPA relativo a recursos hídricos, no qual a Cobrança está inserida. O Tribunal de Contas  
34 visitou a SSRH e emitiu um questionário que inclui pergunta sobre a data estipulada para  
35 implantar a cobrança em todo o Estado, sendo explicado que se trata de um processo  
36 pedagógico e que é difícil prever uma data para a finalização do processo. Também foi  
37 informado pelo Sr. Rui que no dia 15/06 ocorreu na ALESP uma audiência pública sobre o  
38 Projeto de Lei nº 192/2016, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Tal  
39 projeto tem sido visto como tentativa de se diminuir o poder da ALESP, porém dois planos  
40 anteriores foram enviados à Assembleia e não chegaram a ser aprovados. Citou que a linha  
41 atual dos Planos de Bacia é para um planejamento mais realista. Mencionou também a  
42 alteração no processo do enquadramento em relação à necessidade de audiência pública; a  
43 solicitação da Sociedade Civil para ressarcimento de despesas, informando que o  
44 COFEHIDRO deverá formular regras para a regulamentação necessária; e a alteração em  
45 relação ao uso racional na indústria, estendida para todos os usuários. A Sra. Priscila  
46 perguntou ao Sr. Rui sobre os boletos da cobrança do CBH TB, enviados recentemente com  
47 vencimento a partir de maio, mas totalizando o valor anual. Sr. Rui lembrou que cabe ao comitê  
48 a definição do número de parcelas, que o DAEE é o órgão responsável pela efetivação da  
49 cobrança e que, por isso, cabe a ele responder qualquer reclamação. Lembramos que a  
50 deliberação nº 90 diz que não deve haver cobrança retroativa. Foi relatado que CIESP e  
51 SABESP questionaram tal valor junto ao DAEE de Birigui, que respondeu confirmando; que  
52 SABESP enviou novo ofício, com justificativa mais detalhada, ao próprio DAEE de Birigui; e  
53 que CIESP encaminhou ofício ao superintendente do DAEE, ambos ainda sem resposta. **Item**  
54 **3 - Apresentação do Plano de Trabalho aprovado pela Deliberação CRH, de 04/05/2016 e**  
55 **proposição de calendário de reuniões para 2016:** Em seguida, foi apresentado o plano de  
56 trabalho da CTCOB aprovado pela Deliberação CRH 182/16 que compreende a análise dos  
57 Estudos de Fundamentação e Deliberação da cobrança das UGRHIs ALPA, LN e SJD. A Sra.  
58 Ariane comunicou que a Secretaria Executiva do CRH recebeu o Estudo de Fundamentação do  
59 CBH-SJD que será disponibilizado no site do SIGRH. O Sr. Parodi, que participa do CBH-LN,  
60 estima que este CBH mandará nova versão do Estudo para a CTCOB em setembro ou outubro  
61 deste ano. Após, foi feita a proposição de calendário de reuniões da CTCOB para 2016,  
62 ficando definidas as datas: 13/07, 10/08, 21/09, 18/10 e 08/11. **Item 4 - Aprovação de atas**  
63 **das reuniões anteriores:** O Sr. Barretti apresentou as minutas das atas das reuniões 95ª, 96ª  
64 e 97ª da CTCOB, as quais foram aprovadas, após considerações sobre a lista de participantes,  
65 que serão verificadas pela Sra. Ariane. **Item 5 - Análise do Estudo de Fundamentação da**  
66 **Cobrança do CBH-ALPA:** A Sra. Ariane acha que não é necessário analisar os itens da

67 Deliberação CRH 111/09 que foram considerados atendidos no último relatório. A Sra. Mariza e  
68 a Sra. Priscila consideram que o Estudo atual está muito diferente do anterior, sendo que  
69 alguns capítulos foram totalmente reescritos, e sugerem que todos os itens sejam reavaliados.  
70 Definiu-se, então, que será realizada breve análise dos itens considerados já atendidos. Com  
71 relação ao **item I**, já declarado como atendido, foi visto que esta versão do Estudo não cita a  
72 Deliberação CRH 177/2015, que prorrogou a vigência dos Planos de Bacia até dezembro de  
73 2016 e também não cita a Deliberação CBH-ALPA 136/2016, que aprovou a adequação do  
74 Plano de Investimento. Desta forma, quem lê o Estudo pode supor que o Plano de Bacia do  
75 CBH-ALPA não está vigente. Sugere-se que a frase sobre Plano de Bacia, na página 43 do  
76 Estudo, seja complementada com essas informações. O **item II** foi considerado atendido. O  
77 **item III** foi declarado como parcialmente atendido. A Sra. Zeila destacou que na Tabela 17  
78 (pág. 80 do Estudo), os dados de consumo e lançamento de “madeira” estão muito altos e  
79 devem ser verificados, já que isso afeta os cálculos posteriores de estimativa de arrecadação.  
80 Outro ponto levantado pelos membros foi com relação aos municípios parcialmente inseridos  
81 na UGRHI: o CBH-ALPA deve esclarecer se nas porções de territórios municipais  
82 compartilhados com duas ou mais UGRHIs, a parte localizada na UGRHI 14 possui usos de  
83 recursos hídricos sujeitos ou não à cobrança, mas que influem no balanço hídrico,  
84 principalmente com relação a Cerqueira Cesar que foi incluído no Quadro 7 (pág. 34). Caso a  
85 resposta seja positiva, entende-se que devam ser acrescentadas as informações relativas a estas  
86 porções territoriais. Caso a resposta seja negativa, tal informação deve ser inserida no  
87 relatório. Os problemas ambientais citados na pág. 37 devem ser esclarecidos, citando fonte da  
88 informação, pois não estão coerentes com os resultados do conteúdo do Relatório de Situação  
89 apresentado. Rever título do item 2.1.6, pois áreas contaminadas e degradadas não são a  
90 mesma coisa. O 1º parágrafo da pág. 26 precisa de revisão e melhor explicação, vinculando ao  
91 problema listado na pág. 37 (rever, indicando a ligação da rede de drenagem com inundação, e  
92 colocando a fonte da informação). Recomenda-se excluir o 3º parágrafo da pág. 26, pois pode  
93 suscitar questionamentos futuros – caso seja necessário manter, explicar as fontes. Com  
94 relação ao item 2.1.8 recomenda-se incluir unidade na vertical direita e/ou explicar melhor no  
95 texto, além de incluir no texto a unidade “m<sup>3</sup>/s” após os números. Nas tabelas do relatório é  
96 necessário especificar quais colunas trazem dados primários e quais são calculados pelo CBH.  
97 Atenção especial para as fontes das figuras, quadros e gráficos que devem ser citados, por ex:  
98 gráfico 6 (pág. 32) não apresenta referência. Quadros com fontes a serem citadas: 01, p. 10;  
99 02, p. 12; 12, p. 50; 13, p.51; 14, pp.53-56; 18, p. 99; 19, p. 99; 21, pp 106-107; 22, p. 107; 23  
100 p. 108-109; 23 p. 108-109; 24, p. 110; 25, p.111; 26, pp. 111-112; 27, p. 112; 28, pp. 112; 29, p.  
101 113; 30, p.114; e 31, p. 114; 32 pp. 115-116. Também citar as fontes das figuras 01, 02, 03. O  
102 **item IV** foi considerado atendido. O **item V** foi declarado como não atendido, pois faltou a ata e  
103 qualificação da última plenária, que aprovou a Deliberação CBH-ALPA 137/2016. Nesta  
104 Deliberação não consta que aprova também o Estudo de Fundamentação, o que é necessário.  
105 O **item VI** foi declarado parcialmente atendido. A Sra. Mariza considera que faltaram  
106 informações sobre o setor de saneamento; sugere-se que retorne o Quadro 6, do relatório  
107 anterior, verificando se é preciso atualizar os dados. O **item VII** foi considerado atendido, com  
108 sugestão de incluir uma tabela síntese do novo Plano de Investimento por PDC (ex: Quadro 33  
109 do relatório anterior). Sugere-se também que para o percentual de recurso da cobrança a ser  
110 investido por PDC seja utilizado um intervalo (ex: de 10 a 20%; no mínimo 10%) para evitar que  
111 sobre recurso da cobrança sem investir. Decidiu-se continuar a análise do Estudo na próxima  
112 reunião pré-agendada para 13 de julho.

**Luiz Roberto Barretti**  
Coordenador da CTCOB

**Ariane Coelho Donatti**  
Relatora da CTCOB

Aprovada em 13/07/2016